

- 1) Considera-se criança segundo o Estatuto da Criança e adolescente em seu artigo 2º. Assinale a correta:
- A) Até 12 anos incompletos
  - B) Até 12 anos
  - C) 12 anos ou mais
  - D) 0 a 13 anos
  - E) 0 a 14 anos
- 2) Considera-se adolescente segundo Estatuto da Criança e Adolescente em seu artigo 2º. Assinale a correta.
- A) 14 a 18 anos
  - B) 10 a 18 anos
  - C) 11 a 21 anos
  - D) 12 a 18 anos
  - E) 16 a 18 anos
- 3) É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. Com relação a afirmação acima podemos afirmar que:
- A) É restritamente ligada apenas a lei de criação do SUS
  - B) A afirmação ligada ao direito a vida e à Saúde prevista no Estatuto da Criança e Adolescente.
  - C) Previsto no Estatuto da Mulher e da mãe
  - D) Previsto na Lei nº 1134/90
  - E) Todas estão corretas
- 4) O Estatuto da Criança e Adolescente foi criado em:
- A) 1990
  - B) 1991
  - C) 2005
  - D) 1999
  - E) 1988
- 5) Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia \_\_\_\_\_ com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. Com relação ao dia que o Estatuto estabelece é correto afirmar ser:
- A) 1º de Fevereiro
  - B) 1º dia de outubro haja vista o outubro rosa campanha que prevê o incentivo a mulheres contra câncer.
  - C) 1º de abril
  - D) 1º de maio

- E) 1º de dezembro
- 6) O serviço de pré-natal segundo o ECA deverá ser realizado no (a):
- A) Hospital
  - B) Atenção Primária
  - C) Secundária
  - D) Terciária
  - E) Todas estão erradas
- 7) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família. Porém há uma excepcionalidade prevista no artigo 19 do ECA.
- A) Excepcionalmente quando a família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
  - B) Quando em um município existir abrigo para menores destinado para crianças com ato infracional, onde ele possa ficar.
  - C) Quando o Juiz determinar a remoção da família
  - D) Quando a Escola garantir esse direito a ele.
  - E) Todas estão corretas.
- 8) O acolhimento institucional segundo ECA, prolongará por até:
- A) 18 anos de idade
  - B) 12 meses
  - C) 2 anos
  - D) mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária
  - E) Nenhuma das alternativas
- 9) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo de:
- A) A cada três meses.
  - B) A cada seis meses
  - C) A cada um ano
  - D) A cada dois anos
  - E) A cada três anos
- 10) Durante o acolhimento institucional podemos afirmar que:
- A) Não é permitido a visita da família, pai e mãe;
  - B) É permitida apenas com ordem judicial;
  - C) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.
  - D) Vedada qualquer visita
  - E) Todas estão incorretas;

- 11) Sobre o apadrinhar uma criança é correto afirmar que:
- A) Pode ser feita apenas por pessoas físicas;
  - B) Poder ser feita apenas por pessoas jurídicas;
  - C) Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento
  - D) Não podem ser realizadas por nenhuma pessoa.
  - E) Nenhuma das alternativas acima
- 12) Segundo o artigo 25 do ECA o conceito de família natural é:
- A) Todo aquele que tem contato íntimo com adolescente e a criança;
  - B) comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
  - C) Aquela que cria
  - D) Somente pai
  - E) Somente mãe
- 13) Com relação ao artigo 26 do ECA podemos dizer que o registro poderá ser feito apenas:
- A) Oriundos dentro do casamento
  - B) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
  - C) O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou não suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes
  - D) Apenas pela irmão de sangue
  - E) Apenas pela avó ou avô.
- 14) Seguindo o artigo 28 do ECA a inserção da criança na família substituta deve ser:
- a) Imediata;
  - b) precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.
  - c) Após 03 anos
  - d) Após 01 ano
  - e) Após 05 anos
- 15) Com relação a guarda de crianças e adolescentes previstas no artigo 33 podemos afirmar que:
- A) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
  - B) indeferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados.

- C) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de não dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.
  - D) Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, não havendo o pedido do interessado ou do Ministério Público
  - E) Nenhum esta correta.
- 16) Com relação a infração administrativa as normas de proteção da criança e adolescente podemos afirmar que terá início:
- a) pais;
  - b) mãe;
  - c) criança e adolescente;
  - d) Por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.
  - e) Nenhuma das alternativas
- 17) Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Está lei se refere ao:
- A) Estatuto da Criança e do Adolescente;
  - B) Estatuto da Família;
  - C) Código Criminal
  - D) CPC – Código de Processo Civil
  - E) Lei Maria da Penha
- 18) Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem \_\_\_\_\_. Segundo o artigo 207 podemos afirmar que a palavra que completa na íntegra o estabelecido no artigo é:
- a) Pai
  - b) Mãe
  - c) Acusado
  - d) Infrator
  - e) Defensor
- 19) Com base no artigo 225 podemos dizer que: Nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de \_\_\_\_\_, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- A) Cesta básica ou de outras de prestação pecuniária;
  - B) Prisão
  - C) Apreensão da criança;
  - D) Trabalho

- E) Nenhuma das alternativas
- 20) Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto, está sujeito a:
- a) Multa administrativa e reclusão por quatro anos;
  - b) Apenas Advertência verbal
  - c) Apenas Advertência por escrito
  - d) reclusão de dois a seis anos, e multa.
  - e) Nenhuma das alternativas
- 21) Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro está sujeito;
- A) Multa administrativa e reclusão de 10 anos
  - B) Apenas Advertência verbal
  - C) Apenas Advertência por escrito
  - D) reclusão de quatro a seis anos, e multa
  - E) Nenhuma das alternativas
- 22) Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente:
- A) É permitido desde que os pais assinem documento por escrito
  - B) reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
  - C) Reclusão acima de 10 anos
  - D) Acima de 20 anos de reclusão
  - E) Nenhuma das alternativas
- 23) O processo unificado para escolha de conselheiro tutelar se dará por meio de:
- a) Avaliação objetiva, avaliação psicológica e eleição;
  - b) Apenas prova objetiva;
  - c) Apenas eleição;
  - d) Apenas avaliação psicológica;
  - e) Nenhuma das alternativas
- 24) O mandato de um conselheiro tutelar considerando uma eleição unificada pode durar no máximo de:
- a) 2 anos sem submeter a um novo processo de escolha
  - b) 3 anos sem submeter a um novo processo de escolha
  - c) 4 anos sem submeter a um novo processo de escolha
  - d) 1 ano sem submeter a um novo processo de escolha
  - e) Até 10 anos sem submeter a um processo de escolha
- 25) A assistência judiciária gratuita segundo o artigo 141 do ECA se dará:
- a) Pela mãe;
  - b) Pelo irmão mais velho;
  - c) Pelo defensor público ou advogado nomeado;

- d) Pelo irmão mais novo
- e) Nenhuma das alternativas

26) Segundo o artigo 143 do ECA:

- a) E vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
- b) E permitida a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
- c) E vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional, exceto quando a mãe autorize;
- d) E vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional, exceto quando a família autorize ]
- e) Nenhuma das alternativas

27) É responsável pela realização do Processo de Escolha para Conselheiro Tutelar segundo o ECA, a (o);

- a) Prefeitura Municipal
- b) Assistência Social
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente com fiscalização do Ministério Público
- d) Ministério da Justiça

28) Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela \_\_\_\_\_ a pedido de quem tenha legítimo interesse.

- a) Prefeitura Municipal
- b) a autoridade judiciária;
- c) Assistente Social;
- d) Coordenadora da Casa Lar
- e) Presidente da república

29) O ano da última alteração do Estatuto da Criança e do adolescente é:

- A) 2021
- B) 2022
- C) 2020
- D) 1990
- E) 2018

30) O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- A) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- B) opinião e expressão;
- C) rença e culto religioso;
- D) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- E) Todas estão corretas